

## A leitura como um acontecimento de sentido

Reading as an event of meaning

**Verena Santos Andrade Ferreira**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

### RESUMO

Esse artigo traz uma reflexão acerca da leitura como experiência de sentido, aquilo que acontece ao sujeito, conforme entendimento do espanhol Jorge Larossa Bondía. Este pesquisador pensa a leitura a partir de uma perspectiva distinta daquela em que historicamente foi forjada, sob as expectativas das classes hegemônicas, que determinam os efeitos desejados para essa atividade. Por sua vez, essas expectativas desconsideram a historicidade de muitos sujeitos, especialmente daqueles cujas leituras se afastam dos padrões estabelecidos. O objetivo deste artigo, construído a partir de uma revisão bibliográfica do tipo narrativa, é, à luz do conceito e dos princípios da experiência, resgatar a legitimidade de determinados “efeitos” da leitura. Ainda que tenha sido reconhecida a historicidade do leitor na construção do sentido do texto, este ainda é pensado através da razão instrumental e de padrões hegemônicos consolidados por diferentes agências.

### PALAVRAS-CHAVE

Leitura. Experiência. Literatura. Larossa.

### ABSTRACT

This article brings a reflection on reading as experience of meaning, what happens to the subject, according to the understanding of the Spanish Jorge Larossa Bondía, who thinks about reading from the point of view of from a different perspective from the one in which it was historically forged, under the expectations of the hegemonic classes, which determine the desired effects for this activity. In turn, these expectations disregard the historicity of many subjects, especially those whose readings deviate from established standards. The objective of this essay, built from a bibliographic review of the narrative type, is, in the light of the concept and principles of the experience, to rescue the legitimacy of certain “effects” of reading. Even though the reader’s historicity in the construction of the text’s meaning, it is still thought through instrumental reason and hegemonic patterns consolidated by different agencies.

### KEYWORDS

Reading. Experience. Literature. Larossa Bondía.

#### **Verena Santos Andrade Ferreira**

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Sudoeste da Bahia, Campus Jequié. Mestre em Estudo de Linguagem pela Universidade do Estado da Bahia, Campus Salvador e doutoranda em Ensino pela Universidade do Sudoeste da Bahia, Campus Vitória da Conquista. É pedagoga no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Estado da Bahia, Campus Jequié. Endereço Eletrônico: verena0806@yahoo.com.br. Orcid: <https://Orcid.org/0000-0002-8060-6293> Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2251072676367394>

Recebido em:  
12/04/2022

Aceito em:  
04/07/2022

MAI / AGO 2022  
ISSN 2317-9945 (ON-LINE)  
ISSN 0103-6858  
P. 190-199

## 1. Introdução

A leitura é reconhecida como prática social de poder e distinção, cuja expressão pode ser interpretada em seu duplo sentido que, contrapondo-se, integram-se numa unicidade de significação. Num primeiro sentido, implica reconhecê-la como atividade de desvelamento do mundo, através do acesso ao conhecimento produzido e registrado, ao longo do tempo e, por isso, prática social de poder e distinção. Por outro lado, num segundo sentido, porque alinhada a grupos hegemônicos, é prática de poder e distinção quando seu acesso percorre as vias das condições materiais e culturais dos sujeitos leitores. Realinhando os dois sentidos, tem-se a leitura como atividade de formação, emoldurada pelas condições materiais e culturais do sujeito.

Tal formação sempre esteve alinhada à dimensão cognitiva e ler tornou-se capturar a informação, seja para melhor atender aos apelos da sociedade, seja para compreendê-la criticamente. Num país onde a dualidade é característica do sistema escolar, o código da escrita foi democratizado para responder aos apelos da sociedade industrial, revelando seu caráter reprodutivista, e assim a leitura foi apresentada às classes menos privilegiadas, como competência para que melhor interagissem com os artefatos sociais e produtivos da sociedade moderna, fazendo-a desenvolver-se.

No caráter utilitarista em que a leitura foi delegada às classes menos privilegiadas, dissociada de seu caráter humanizador, a literatura ficou distante dessa população, restrita aos lares burgueses da época. Ainda hoje, tem-se uma concepção elitista da leitura de textos literários, geralmente associada às classes mais privilegiadas. A quinta edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2020) traz que 52% da população brasileira, a despeito da amostra escolhida aleatoriamente nas cinco regiões do país, diz-se leitora, segundo o conceito estabelecido para a pesquisa, que considera leitor aquele que leu um livro ou parte dele, nos últimos três meses anteriores à data da pesquisa. Ainda que pese sobre a pesquisa algumas considerações sobre o conceito de leitor utilizado, ela se destaca no cenário nacional por ser a única a produzir tais dados desde o ano 2000. A novidade nessa última edição é que tem como foco identificar os hábitos especificamente em relação à leitura de literatura. Nesse aspecto, dentre os leitores que disseram ler literatura, a maioria é mulher na fase adulta. Além disso, não são estudantes, têm escolaridade de nível médio e pertencem à classe C, com renda de até dois salários mínimos, conforme categorização da pesquisa. Esses dados sugerem que pode ter havido uma mudança nos comportamentos de leitura nos últimos anos, que apontam queda nos números de leitores de escolaridade de nível superior e classe A, em comparação com a última versão da pesquisa, datada do ano de 2015 (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2015).

Comumente, as leituras de literatura estão associadas às classes A e B e de escolaridade de nível superior, o que não acontece de forma aleatória, mas em decorrência da maneira como aconteceram as políticas públicas de educação e cultura no país. Quando aquelas práticas acontecem nas classes menos privilegiadas, comumente consideradas eventuais ou escassas, pesam sobre elas determinadas concepções no que tange às escolhas feitas, os modos de ler empreendidos e os “efeitos” produzidos pela leitura na formação geral do sujeito, geralmente interpretados à luz da cultura hegemônica. São esses “efeitos” que esse artigo propõe pensar a partir do entendimento

da leitura como experiência de formação, em que a subjetividade é privilegiada, sem se opor à racionalidade, mas à instrumentalização da razão, modulada pela sociedade moderna. Nessa perspectiva, o leitor é a única referência para a experiência de sua leitura.

A leitura é campo de distinção social em que se dá a tensão entre reconhecido e não reconhecido, valorizado e não valorizado, entre letrado e iletrado e a relação de forças que subjaz a essas tensões. Forjadas no interior das disputas históricas, elas foram se configurando ao longo das transformações sociais, com a industrialização da sociedade, democratização da leitura e da escola, invenção da tipografia, entre outros aspectos. Quando o leitor se propõe a ler uma obra, a esta comparece com suas disposições recepcionais, mediadas por sua historicidade, e os sentidos ali atribuídos são cunhados nessa relação tênue e fluida, que é o acontecimento da leitura. O contrário seria reassumir uma postura formalista em relação ao texto.

Esse artigo propõe a análise da leitura como um acontecimento de sentido, ou melhor, como experiência de sentido, a partir das ideias de Larossa Bondía (2004, p. 333), pois “experiência não significa ampliar o conceito de compreensão, esse que nos indica que o modo mais adequado de relação com o texto é tentar compreender seu sentido, mas faz explodir qualquer modalidade canônica e historicamente construída de relação com o texto.” Ou seja, é compreender as “marcas” que o acontecimento da leitura deixa nos sujeitos, quando deslocadas de ressignificações prévias e dos valores hegemônicos, geralmente atribuídos à atividade da leitura de acordo com uma concepção “emancipadora”. Isso porque, do contrário, é admitir que, se uma pessoa não dispõe de determinadas condições recepcionais para o texto, essa atividade não é emancipadora.

Sabe-se que o acesso sistemático ao patrimônio cultural da humanidade fomenta o pensamento e lhe dá possibilidades, mas a sua ausência ou acesso precarizado não exclui outras formas de construção de sentidos, como legítimas expressões de suas identidades sociais, pois, como aponta Jesús Martín-Barbero (1995, p. 49), “[...] a cultura dos leitores não é apenas a dos intelectuais [...].”

Os sentidos atribuídos à leitura de literatura pelos grupos privilegiados, de modo geral, já são conhecidos e legitimados pela cultura erudita, sejam de profissionalização, empoderamento ou fruição. As práticas de leitura e os “efeitos” por elas produzidos, geralmente, são delineados sob a ótica dos letrados, o que torna essa visão excludente e, segundo Boaventura Santos (2004), produtora das ausências, na lógica da razão metonímica, que toma a parte pelo todo, como a única forma de racionalidade possível. Como desdobramento desse entendimento, os “outros” sentidos são considerados a partir daquela referência, numa combinação de simetria, hierarquia ou ausência que, numa releitura do autor citado, representam desperdício de experiência.

Acolher esses sentidos é reconhecê-los como processo histórico e cultural de construção de identidades, forjadas no campo das desigualdades sociais, e valorizar outras formas de inteligibilidades, porque, muitas vezes, na invisibilidade e sob rótulos estereotipados, os sujeitos das classes menos favorecidas são pensados pelas classes mais favorecidas a partir de seus referentes culturais. É nesse sentido também que este artigo busca

compreender a leitura como um acontecimento de sentidos, como aquilo que intercepta, atravessa e marca a subjetividade do sujeito, segundo os princípios da experiência propostos por Larossa (2011), cujas dimensões fazem do acontecimento uma experiência de sentido.

## 2. Reivindicar a experiência

O tema da experiência é recorrente na Filosofia, recebendo diferentes abordagens desde a Filosofia Clássica, que a via como um modo inferior de conhecimento, até o crivo da Modernidade, em que é objetivada, submetida à racionalidade dominante, marcada pelo discurso técnico da razão instrumental, impessoal e coercitiva. Em uma crítica ao projeto da modernidade, a contemporaneidade é interpretada por Walter Benjamin (1987, p. 116) como “pobreza da experiência”, no sentido de automatização da vida e da existência, numa corrida com o tempo que solapa a própria existência.

Segundo Larossa (2011, p. 24), é preciso “reivindicar a experiência, e isso supõe dignificar e reivindicar tudo aquilo que tanto a filosofia como a ciência tradicionalmente menosprezam e rechaçam: a subjetividade, a incerteza, a provisoriedade, [...] a vida...” Apesar dos muitos esforços da modernidade de afastar a subjetividade e a ambivalência, refletindo a lógica monolítica e impessoal na explicação da vida e dos acontecimentos, a experiência é de ordem subjetiva, pessoal e intransferível. Conforme o autor, “[...] experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, o que se acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, nada nos acontece” (LAROSSA, 2002, p. 21). O autor vem esclarecer que informação não é experiência, numa associação recorrente, cunhada pela modernidade. Muitas são as informações que passam pelo sujeito, mas nem todas lhe “acontecem”, nem todas formam ou transformam a subjetividade.

Compreender a leitura como uma experiência é vê-la como um acontecimento que deixa marcas no sujeito, as quais participam de sua formação e sua transformação. Essa compreensão está para além de uma relação de apropriação do texto para adquirir conhecimentos:

Para que a leitura se resolva em formação é necessário que haja uma relação íntima entre o texto e a subjetividade. [...] Os livros e as obras de arte estão à nossa disposição como nunca estiveram antes. Nossa própria vida está cheia de acontecimentos. Mas, ao mesmo tempo, quase nada nos passa. [...] Consumimos livros e obras de arte, mas sempre como expectadores ou tentando conseguir um prazer inconstante e instantâneo. [...] Temos o conhecimento, mas como algo exterior a nós, como algo útil ou uma mercadoria. Consumimos arte, mas a arte que consumimos nos atravessa sem deixar nenhuma marca em nós [...] (LAROSSA, 2011, p. 12).

O autor compreende a experiência da leitura para além de uma atividade de apropriação de informações, mas como experiência que interpela o sujeito em suas multifacetadas dimensões. Ela o “atravessa”, deixa marcas em sua subjetividade, que extrapolam a dimensão cognitiva, e se assentam na dimensão humana, em que confluem todas as possibilidades do ser e nem sempre se traduzem por uma linguagem monolítica e instrumental:

Além de uma prática que consiste, basicamente, na compreensão de textos, a leitura

ra pode ser uma experiência. Uma experiência de linguagem, uma experiência de pensamento, e também uma experiência sensível, emocional, uma experiência em que está em jogo nossa sensibilidade, isso que chamamos “sentimentos” (LAROSSA, 2011, p.10).

Larossa apresenta o sujeito como o “lugar” da experiência<sup>1</sup>; assim, onde há leitura se instala a instância da produção de sentido, isto é, abre-se espaço para a inscrição da subjetividade do sujeito, não apenas nos textos literários, mas também nos ditos pragmáticos e acadêmicos. A partir das contribuições das teorias da recepção, a interpretação não é mais um encaideamento lógico intrínseco ao texto, mas a própria atividade do leitor que traz para o texto seus repertórios, vivências, visões de mundo, expectativas e hipóteses, ou seja, suas condições recepcionais que o fazem dialogar e ressignificar o texto. Nas palavras de Jonathan Culler:

A interpretação de uma obra, portanto, torna-se uma descrição daquilo que acontece ao leitor: como várias convenções e expectativas entram em jogo, onde conexões específicas ou hipóteses são colocadas, como as expectativas são derrotadas ou confirmadas. Falar do sentido de uma obra é contar uma história de leitura (CULLER, 1997, p. 43)

Partindo da interpretação como atividade que acontece ao leitor, Culler, ao interpretar Stanley Fish, diz que o encontro do leitor com o texto dá-se na experiência da interpretação: “a experiência é a interpretação” (*ibidem*, p. 49). O autor situa a experiência como elemento central de significação de uma obra, cujo sentido é um processo que decorre durante o processo da leitura; não no fim do texto, após a leitura. Nas palavras de Vera Queiroz, também tratando das ideias de Fish: “o sentido não se encontra no fim do ato de ler a frase [...] mas *durante* o acontecimento da leitura: o sentido é esse acontecimento” (QUEIROZ, 1997, p. 86, grifo do autor). Assim, o sentido da leitura é a experiência que o leitor tem dela, o que faz, sente ou pensa, durante aquele acontecimento. É essa experiência que transforma e modifica a sua subjetividade que, por sua vez, está imbricada com as próprias vivências sociais e culturais do leitor, as quais se entrelaçam com as questões de classe, gênero, etnia, nacionalidade, territorialidade, entre outras.

As ideias de Larossa (2011) convergem com as teorias da recepção, na medida em que colocam o leitor como o sujeito em que acontece a leitura, cujo sentido depende da experiência que o leitor tem dela. Embora *sentido* seja algo singular, segundo Roger Chartier (1998, p. 91), “essa singularidade é atravessada por aquilo que faz que este leitor seja semelhante a todos aqueles que pertencem à mesma comunidade”. Isso implica considerar que os sentidos atribuídos incorporam as condições de existência do leitor, revelando-o como sujeito de classe. Ao tempo em que se reconhece as diferenças nas práticas de leitura, estas são tratadas sob a ótica dominante, ou seja, à luz dos modos de ler, finalidades e efeitos das leituras da classe hegemônica.

Ao analisar as desigualdades sociais e a relação com os livros, Bernard

---

1 Essa proposição constitui, segundo o autor, o princípio da subjetividade, que é um dos princípios através dos quais ele caracteriza a experiência (LAROSSA, 2011).

Lahire (2004) reconhece nos modos de ler das classes populares uma disposição ético-prática em oposição à disposição estética:

“[...] modo de leitura dos textos literários parecia-me especialmente revelador desta disposição ético-prática que supõe uma participação, uma identificação, uma inserção do texto nos elementos da experiência cotidiana passada ou presente”<sup>2</sup> (LAHIRE, 2004, p. 182, tradução nossa).

Tal passagem demonstra que a leitura das classes menos favorecidas foi tratada na perspectiva da ausência, em comparação com o modo de ler comumente atribuído às classes mais eruditas, revestida de uma linguagem crítica.

Difícilmente se tem em pauta o que a leitura causa, que marcas deixa, como forma e transforma, mesmo porque essa transformação é forjada nos moldes hegemônicos e geralmente dá-se pela ausência. Ou seja, a leitura saiu do plano da textualidade para o polo da recepção, mas sobre esta recai os padrões de outras historicidades, ou melhor, das classes mais favorecidas. Quando se fala dos “efeitos” de um texto, a distância estética (JAUSS, 1994) surge como padrão para avaliar a “qualidade” da leitura, e, nessa perspectiva, a leitura das classes menos favorecidas quase nunca consegue realizar uma experiência estética, porque tendem à identificação com a obra.

É importante conhecer as diferenças entre os modos de ler das classes mais e menos favorecidas para compreender as desigualdades que ensejam tais práticas, pois denunciam falta de acesso ou oferta precarizada em termos de políticas públicas de educação e cultura. Lahire faz essa denúncia quando afirma:

“[...] pois há dificuldades de manuseio linguístico e estilístico: o código linguístico é a primeira barreira que muitos encontram para acessar o livro, já que depende do tempo investido na leitura de textos de léxico e sintaxe complexos; o segundo obstáculo são as questões que esses textos desenvolvem, as experiências a que se referem, já que sua apreensão por parte do leitor depende de patrimônios de disposição incorporados em função de experiências sociais anteriores. Evidentemente, às vezes, ambos os tipos de obstáculos se combinam, mas não de forma sistemática<sup>3</sup> [...]”. (LAHIRE, 2004, p. 186, tradução nossa).

Se compreender as desigualdades é importante, também é significativo trazer à luz as ausências, na forma de “marcas” de leitura, sem relações de hierarquia ou simetria, mas no sentido de sua singularidade. Isto é, “pensar a experiência e *desde* a experiência”, como sugere Larrosa (2011, p. 4, grifo

---

2 “su modo de lectura de los textos literários me parecia especialmente reveladora de esta disposición ético-práctica, que supone una participación, una identificación, una inserción del texto em los elementos de la experiencia cotidiana pasada o presente” (LAHIRE, 2004, p. 186).

3 “[...] pues hay impedimentos de manejo lingüístico y estilístico: el código lingüístico es la primera barrera que encuentran muchos para acceder al libro, ya que depende del tiempo invertido em la lectura de textos de léxico y sistaxis complejos; el segundo escollo son los temas que esos textos desarrollan, las experiencias que refiere, ya que su aprehensión por parte del lector depende de patrimônios de disposición incorporados em función de experiencias sociales anteriores. Evidentemente, ambos tipos de obstáculos se combinan a veces aunque no sistemáticamente [...]” (LAHIRE, 2004, p. 186).

do autor), a partir do que ela é no sujeito em si, independente de sua classe social, constituindo o que o autor chamou de *princípio da subjetividade*, que recusa sua validação a partir de outros referenciais.

Para explicar a experiência, o autor diz que não pode defini-la, mas o faz a partir de seus princípios, que são as dimensões que fazem do acontecimento uma experiência de sentido, a exemplo do *princípio da exterioridade*: a leitura provoca estranheza, perigo, excitação ou êxtase ao leitor que precisa estar “ex-posto” à leitura, no sentido de correr os riscos da incerteza que aquela experiência oferece, o que constitui este último aspecto: o *princípio da liberdade*.

Diretamente relacionado ao *princípio da exterioridade* está o da *reflexibilidade*, que constitui o movimento em que o leitor “sai de si e volta a si”, em resposta à estranheza ou excitação provocados pela leitura. Esse movimento incorre num outro princípio salientado por Larossa (2011), o *princípio da transformação*, “aquilo que passa afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos” (*ibidem*, p. 21), ou seja, atravessa o sujeito.

As marcas da leitura trazem essas dimensões dos *princípios da experiência*, além do *princípio da singularidade*, que implica considerar que cada experiência é única e irrepetível e que a “pressa” é inimiga da experiência: “a experiência é cada vez mais rara por falta de tempo. Tudo o que se passa, passa demasiadamente depressa [...]” (LAROSSA, 2011, p. 20).

Muitas mudanças aconteceram nas últimas décadas no que se refere à cultura escrita, de modo geral, desde os suportes digitais, a internet e redes sociais, que transformam as relações entre autor, editor e leitor, e refletem nos comportamentos de leitura dos brasileiros, conforme esboçada na pesquisa Retratos da Leitura (2020). As mudanças ultrapassam as categorias sociais e alcançam todas as classes, especialmente quando se considera os efeitos da indústria de entretenimento:

A preocupação, antes concentrada no público pouco leitor ou não leitor, se estende agora a um público que antes se encontrava ‘livre de suspeitas’ no que diz respeito a suas práticas de leitura: jovens, estudantes, alunos, incluindo professores... A inquietude sobre o nível e os modos de leitura se generaliza a todas as classes sociais [...] (POULAIN, 2004, p.41, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Com a diluição das fronteiras entre os modos de ler, ainda que permaneçam as condições desiguais de acesso aos bens culturais, é pertinente buscar compreender a leitura através da linguagem da experiência, cunhada na diferença e na subjetividade, pois, como pontuou Márcia Abreu (2006), a literatura é um fenômeno cultural e social, portanto passível de diferentes valorações pelos grupos sociais ao longo do tempo. Assim, trata-se de compreender, para além das classificações da leitura, as experiências de leitura a partir dos sentidos que o leitor constrói, tomando a si mesmo como medida desse sentido.

---

4 La preocupación, antes concentrada en el público poco lector o no lector, se extiende ahora a un público que antes se encontraba “libre de sospechas” en lo que respecta a sus prácticas de lectura: jóvenes, estudiantes, alumnos, incluso profesores... La inquietud sobre el nivel y los modos de lectura se generaliza a todas las capas sociales [...] (POULAIN, 2004, p. 41).

Compreender a leitura como algo que acontece ao leitor é vê-la como experiência de sentido, emoldurada por sua história e cultura, a partir das quais é forjada e os significados construídos. Esse acontecimento da leitura se revela como um fenômeno, em que a consciência atribui sentido à experiência da leitura, através da linguagem, e a socializa por meio de narrativas. Conforme Elza Dutra (2002, p. 373), “a consonância com tal modo de pensar a experiência e a narrativa como a sua expressão (...)” possibilita que, de certa forma, se possa ter acesso a essas “marcas” deixadas no sujeito pela experiência da leitura.

As narrativas são representações de experiências que não são tangíveis. Elas se articulam no passado, presente e futuro, ou seja, estão em movimento, portanto não estão passíveis de classificações. Podem ser traduzidas em acontecimento porque, segundo Pêcheux (2015, p. 17), representam o “encontro de uma atualidade e uma memória”, que se efetiva na presença da linguagem, constituindo-se nas interações sociais como estrutura ideológica, articulando o histórico e o linguístico, mediando a relação com o mundo. Os processos narrativos podem ser, nesse sentido, compreendidos como acontecimentos discursivos porque são perpassados por sentidos que reivindicam a historicidade do sujeito. Por sua vez, esses sentidos não se revelam de forma evidente; não são traduzidos, mas sim produzidos.

Como acontecimento discursivo, os sentidos das narrativas podem ser construídos a partir da técnica da Análise do Discurso (ORLANDI, 2009), pois “todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos” (ORLANDI, 2009, p. 33), se quisermos conhecer quais marcas a experiência da leitura deixa no leitor. Nesse caso, o interdiscurso acena as formações do sujeito na medida em que retoma sentidos preexistentes como se fosse ele a origem. Em meio às paráfrases, a polissemia surge como deslocamento e ruptura de sentido que se alinha ao *princípio da exterioridade*, proposto por Larossa (2011), para dizer que a experiência dá-se a partir da estranheza, que provoca as “marcas” no sujeito, sem a pressa da informação, tão comum aos tempos modernos, que Larossa (2002) reconhece como inimiga da experiência, e, sem a moldura do pensamento hegemônico, a *priori*, tomando o sujeito como única medida de sua experiência, que é puramente subjetiva.

### 3. Considerações finais

Pensar a leitura como experiência é libertá-la das perspectivas hegemônicas às quais, historicamente, está aninhada. Tais perspectivas, ainda que reconheçam a historicidade do leitor, estabelecem determinados “efeitos” para a leitura, seja a informação, a fruição ou a emancipação, que se complementam, em muitos momentos, numa lógica iluminista de leitura.

A leitura sempre deixará marcas que escapam a teorizações porque acontecem num encontro íntimo entre o leitor e suas experiências anteriores e ultrapassam a dimensão cognitiva do sujeito, pois o interpela em suas formas de ser, pensar e sentir.

Não se trata de deixar de reconhecer as formas de recepção de um texto por determinado público em razão de suas disposições recepcionais, nem

de negligenciar a relevância de uma visão mais elaborada da realidade. Mas, antes, de libertar a leitura das expectativas hegemônicas que tomam a emancipação como um produto e simplifica toda a atividade de leitura, reduzindo-a a determinados aspectos e tomando-os como expressão da totalidade, sem lembrar que toda luz provoca uma sombra muito maior do que aquilo que pretende “iluminar”.

Pensar a leitura como experiência de sentido significa reivindicar a subjetividade dessa atividade e a sua capacidade de transformar pelas marcas que deixa no sujeito, estejam estas a gosto ou não dos padrões hegemônicos. São as marcas daquele sujeito, das quais só ele sabe dar testemunho.

## Referências

ABREU, Márcia. **Cultura letrada: literatura e leitura**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

BÁRCENA, Fernando. **La experiencia reflexiva em la educación**. Barcelona: Paidós, 2005.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Vol. 1. 3ª ed. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987. Disponível em: <https://psicanalisespolitica.files.wordpress.com/2014/10/obras-escolhidas-vol-1-magia-e-tc3a9cnica-arte-e-polc3adtica.pdf>. Acesso em: 15 mar.2021.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1998.

CULLER, Jonathan. **Sobre a desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo**. Trad. Patrícia Burrowes. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

DUTRA, Elza. A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica. **Estudos de Psicologia**. Vol. 7, n. 2, p. 371-378, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v7n2/a18v07n2.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retrato da leitura no Brasil**. São Paulo: 2015. Disponível em: [http://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Pesquisa\\_Retratos\\_da\\_Leitura\\_no\\_Brasil\\_-\\_2015.pdf](http://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf). Acesso em: 20 ago. 2020.

JAUSS, Hans Robert. **A História da Literatura como provocação à Teoria Literária**. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

LAHIRE, Bernard. **Sociología de la lectura**. Barcelona: GEDISA, 2004.

LARROSA, Jorge. **Experiência e alteridade em educação**. Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 04-27, jul. 2011. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/2444>. Acesso em: 23 mar.

2021.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista **Brasileira da Educação**, v. 11, n. 19. p.20-28, Jan/Abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>. Acesso em: 20 fev.2020.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e educação depois de Babel**. Trad. Cynthia Farina. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. **Retrato da leitura no Brasil**. São Paulo: 2020. Disponível em: [http://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/09/5a\\_edicao\\_Retratos\\_da\\_Leitura\\_no\\_Brasil\\_IPL-compactado.pdf](http://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/09/5a_edicao_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_IPL-compactado.pdf). Acesso em: 15 dez.2020.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. América Latina e os anos recentes.. In: SOUSA, Mauro Wilton (org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. Trad. Sílvia Cristina Dotta e Kiel Pimenta. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni P. Orlandi. 7. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

POULAIN, Michel. Entre preocupaciones sociales e investigación científica: El desarrollo de sociologias de lectura em Francia em siglo XX. In: LAHIRE, B. **Sociología de la lectura**. Barcelona: GEDISA, 2004.

QUEIROZ, Vera. **Crítica literária e estratégias de gênero**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2004.